

INTEGRAÇÃO BRASIL – ARGENTINA NO MERCOSUL: UMA ANÁLISE DE SEUS EFEITOS A PARTIR DE UM TERRITÓRIO DE FRONTEIRA¹

Alisson Eduardo Maehler
alisson.maehler@gmail.com
Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Wagner Júnior Ladeira
wjladeira@gmail.com
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Marlon Dalmoro
marlon.dalmoro@univates.br
Centro Universitário Univates – UNIVATES

Walter Meucci Nique
walter.nique@ufrgs.br
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Willian Sodré Leal
williansodreleal@gmail.com
Universidade Federal de Pelotas – UFPel

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar os efeitos da formação do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL na economia do Rio Grande do Sul, a partir das relações comerciais de exportação e importação entre este estado e a Argentina. Nos resultados do trabalho, pode-se notar que a localização do estado do RS no espaço fronteiriço torna este um caso paradigmático no contexto da integração sul-americana. Em uma conjuntura própria, a economia do estado do Rio Grande do Sul encontra dificuldades com a importação de diversos itens de sua pauta de exportação, que associada com ações de protecionismo do governo argentino, dificulta ainda mais a integração regional e a estratégia internacional das empresas locais.

Palavras-chave: MERCOSUL; Integração econômica; Competitividade; Estratégia internacional.

¹ Recepção: 19/08/2015.

Aprovação: 19/03/2016.

Publicação: 30/06/2016.

BRAZIL - ARGENTINA INTEGRATION IN MERCOSUR: AN ANALYSIS OF ITS EFFECTS FROM A BORDER TERRITORY

ABSTRACT

This article analyzes the effects of formation of the Southern Common Market – MERCOSUR, in economy of the state of Rio Grande do Sul – RS, from the relations export and import trade between this state and Argentina. In the work results can be noted that the location of the RS in a border area makes this a paradigmatic case in context of South American integration. In a specific context, state economy has suffered from the importation of various items of its total exports, which associated with Argentine government protectionism actions, raise objections in the regional integration and local companies international strategy.

Keywords: MERCOSUR; Economic integration; Competitiveness; International strategy.

1. INTRODUÇÃO

A temática da integração regional e a força do regionalismo têm desempenhado um papel relevante no comércio internacional. Países de todo o mundo são, de fato, membros de algum projeto de integração regional, sejam tratados de preferências comerciais, área de livre comércio ou uniões aduaneiras (KIM, 2003). A formação de blocos supranacionais, como por exemplo, a União Europeia, o Nafta (*North America Free Trade Agreement*, ou Tratado Norte Americano de Livre Comércio) e o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) definem novos espaços econômicos que envolvem, desde instrumentos de política econômica, formas integradas de regulação dos mercados de trabalho, bens e capitais, até a definição de uma moeda comum (MARTINELLI e MIDTTUN, 2010; PAL, 2010).

De maneira geral, a integração regional tem sido vista pelos políticos e empresários como algo positivo para as economias locais, especialmente pelo impulso econômico obtido pelo incremento do comércio (KIM, 2003; LUCHI; PALADINO, 2000; LAPOINTE; CIMON, 2009). No entanto, a absorção dos benefícios não ocorre de maneira homogênea, resultado de assimetrias entre os setores e regiões de um mesmo país signatário de um acordo de integração regional (LAPOINTE; CIMON, 2009; PAL, 2010).

Na concepção de Castello (1995), existem áreas, que se localizam nos limites nacionais, em que a integração ocorre de fato e, portanto, onde os efeitos e as pressões advindas do processo de integração são mais sentidos. As áreas de fronteira, de acordo com Gruppelli (2004), podem ser conceituadas como territórios de integração ou limites geográficos, sendo que estas zonas regulam povos, culturas, políticas, economias etc., estabelecendo a soberania de cada país.

No caso específico do MERCOSUL, ainda que o bloco possua um papel nas relações entre os quatro países membros localizados no Cone Sul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), é nas áreas de fronteira que as alterações se tornam mais visíveis. Nesta linha, os impactos da

liberalização do comércio promovido pela integração regional podem ser percebidos nas regiões de fronteira (WAQUIL, 1997).

Tendo em vista a importância das áreas de fronteiras para a análise dos fluxos de comércio, este artigo busca elencar os elementos constitutivos para a análise dos efeitos que territórios das unidades formadoras da federação no Brasil - especificamente a unidade federativa do Rio Grande do Sul - têm sentido no âmbito da integração sul-americana promovida pelo MERCOSUL. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar os efeitos do MERCOSUL na economia do Estado do Rio Grande do Sul – Brasil, a partir das relações comerciais de exportação e importação entre Brasil e Argentina.

A localização do estado do Rio Grande do Sul num espaço fronteiro entre Brasil, Argentina e Uruguai torna este um caso paradigmático no contexto da integração sul-americana. Entende-se que o estado do Rio Grande do Sul tem a função de território-elo do processo de transnacionalização dos espaços nacionais promovidos pelo MERCOSUL. Nessa nova escala, cabe analisar as vantagens comparativas e competitivas não só no âmbito do país, mas também no mercado comum. Destaca-se também a necessidade de analisar seus enlaces nas estratégias adotadas pelo Estado Nacional e pelas empresas privadas na construção de um espaço geoeconômico transnacional (RUCKERT, 2003). No âmbito dos países formadores do bloco, delimitaram-se como escopo de análise as relações comerciais entre Brasil e Argentina em função de estas representarem o maior volume de trocas intrabloco, bem como serem as economias mais representativas do bloco.

2. COMÉRCIO INTERNACIONAL E A ENVOLVENTE DO MERCOSUL

O comércio internacional proporciona ganhos para os países, uma vez que as trocas internacionais resultam em economias de escalas na produção (KRUGMAN; OBSTFELD, 1999). Este argumento se dá a partir da premissa que Adam Smith desenvolveu em 1776, denominada “vantagens absolutas”, na qual, de maneira sucinta, destaca-se que dois países obtêm ganhos especializando-se na produção de bens em que é mais eficiente e trocando uma parcela de sua produção com outra nação por produtos em que é menos eficiente na produção. Assim, o comércio internacional tenderia a beneficiar ambas as nações, uma vez que cada uma se especializa naquilo que produz de forma mais eficiente, maximizando o bem-estar e a produção (SALVADORE, 2000).

Em adição a esta visão clássica, em 1817, David Ricardo formulou a lei das Vantagens Comparativas, acrescentando que mesmo uma nação que possui desvantagens absolutas em ambos os produtos pode tirar proveito do comércio internacional, beneficiando-se de uma vantagem comparativa. No entanto, na busca de soluções mais parcimonias, que minimizassem o efeito da exploração das vantagens comparativas por grandes economias sobre economias menores, a formação de blocos econômicos e integração regional passou a ser adotada entre países visando favorecer as trocas entre os países associados (PAL, 2010).

O conceito tradicional de integração econômica internacional é geralmente empregado para expressar o processo de acordos entre nações ao nível regional para a formação de um bloco.

Gonçalves et al. (1998) destacam que a integração econômica se dá a partir de um processo de criação de um mercado integrado, a partir da progressiva eliminação de barreiras ao comércio, ao movimento de fatores de produção e da criação de instituições que permitem a coordenação ou unificação de políticas econômicas em uma região geográfica. Garcia (2001) conceitua integração econômica como um processo de constituição de um mercado integrado, em uma região contínua ou não, a partir da retirada progressiva de barreiras ao comércio, podendo estender-se à livre circulação dos fatores de produção e à criação de instituições que possam coordenar e/ou unificar as políticas econômicas de seus Estados-membros.

A proliferação de blocos comerciais regionais e a sua relação com o multilateralismo suscitam várias preocupações. Primeiro, há o temor de que acordos regionais de comércio desviem a atenção do processo de negociação multilateral (YEATS, 1998; CORRÊA, 2001). Segundo, alguns blocos regionais podem levantar barreiras comerciais para os países-membros, as quais podem, por sua vez, comprometer as conquistas da Organização Mundial do Comércio - OMC (CABLE, 1994). Terceiro, a discriminação das barreiras comerciais estabelecidas dentro dos blocos comerciais regionais pode ter efeitos indesejáveis, tais como o desvio de comércio (BECKER; SUAREZ, 2001; YEATS, 1998).

Os efeitos de um processo de integração econômica podem ser traduzidos em benefícios e custos para a nação. A visão clássica de integração acreditava que qualquer forma de eliminação de barreiras conduziria sempre a ganhos de bem-estar, na medida em que representa uma aproximação, mesmo que imperfeita, do regime de livre comércio, embora uma liberalização não-discriminatória fosse preferível a acordos comerciais preferenciais. No entanto, a integração comercial pode provocar perdas, uma vez que os ganhos ou perdas de bem-estar estariam relacionados. Para Gonçalves et al. (1998), trata-se de um mecanismo de ampliação das transações comerciais entre países membros, a partir da unificação dos preços dos produtos na região após a queda das barreiras tarifárias. No entanto, os produtos domésticos menos eficientes em cada país membro são preteridos em favor de produtores mais eficientes em outros países membros.

2.1 O MERCOSUL e o processo de integração regional

Historicamente, os países da América Latina e do Caribe têm estado mais abertos à Europa e aos Estados Unidos do que uns aos outros. Até a primeira metade do século XX, alguns esforços foram despendidos para identificar complementaridades e interesses comuns entre essas economias. Este quadro começou a se alterar com a assinatura do Tratado de Montevideu, em 1960, e a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC. Em 1980, um segundo tratado, denominado Tratado de Montevideu, substituiu a ALALC pela Associação Latino-Americana de Integração - ALADI. Esta representou a visão de que a América Latina precisava abandonar o palco das concessões tarifárias recíprocas e buscar, numa posição de força, a integração econômica real nas negociações com as principais potências econômicas mundiais. Essa visão inspirou a formação de vários outros blocos no Continente, dentre os quais o Mercado Comum do Cone Sul – MERCOSUL, em 1991 (PORTO; FLÔRES JR., 2006).

Em julho de 1990, os presidentes Fernando Collor de Mello, do Brasil, e Carlos Menem, da Argentina, firmaram a Ata de Buenos Aires, que fixou a data de 31 de dezembro de 1994 para a constituição final do mercado comum entre os seus países. A abertura recíproca dos mercados da Argentina e do Brasil desenvolveu uma grande dinâmica, e a adesão dos vizinhos pequenos ao processo de integração aparecia como consequência lógica. Ainda no mesmo ano da última Ata de Buenos Aires, o Paraguai e o Uruguai foram convidados a juntar-se ao processo em curso. Logo foi assinado o Tratado do Assunção, para a constituição do MERCOSUL pelos quatro países (LORENTZ, 2001).

Após diversos encontros de discussões acerca da futura estrutura institucional do MERCOSUL, firmou-se o protocolo de Ouro Preto, em 17 de dezembro de 1994. O protocolo apresentou a estrutura definitiva do MERCOSUL, especificando a sua característica intergovernamental (LORENTZ, 2001).

Na concepção de Martins e Carcanholo (2010), as perspectivas para o processo de integração do MERCOSUL não têm sido muito animadoras depois das crises que se abateram sobre o Brasil em 1999, e na Argentina em 2001, além do que vem sendo visto atualmente, em termos de um protecionismo argentino às suas indústrias e à entrada de produtos brasileiros naquele país.

No entanto, destaca-se o desejo dos governos dos países membros do MERCOSUL de revigorar o processo integracionista, como um projeto alternativo a Área de Livre Comércio das Américas - ALCA (ALEXANDRE e LEITE, 2007). Para o Brasil, segundo Saha (2010), o MERCOSUL é o principal projeto geopolítico, pelo qual busca frear a dominação americana no continente. Para a Argentina, o MERCOSUL consiste num mecanismo para obter acesso privilegiado ao grande mercado brasileiro, mesmo que sofra com a força dos produtos manufaturados de origem brasileira. Contudo, a Argentina apresenta duas prioridades paralelas: por um lado, busca evitar o domínio dos Estados Unidos no Hemisfério, e por outro, deseja impedir a preponderância do Brasil no MERCOSUL. Forma-se um ambiente de cooperação e rivalidades nacionais, mediado pela visão de longo prazo de uma entidade econômica latino-americana livre do domínio de potências externas (SAHA, 2010).

O MERCOSUL é o maior mercado regional envolvendo países em desenvolvimento e apresenta um enorme potencial econômico e também geoestratégico. Os quatro países representam 70% da superfície da América do Sul, 64% da sua população e 60% do seu PIB. O bloco tem beneficiado a chamada “criação de comércio”, proporcionada pelo aumento do consumo que se verifica em decorrência da eliminação total ou parcial das tarifas de importação entre os países membros, bem como aos ganhos de eficiência e escala, dada a especialização produtiva (PORTO; FLÔRES JR., 2006). O resultado disto é o incremento no fluxo bilateral de comércio entre os países membros (GRAF; AZEVEDO, 2013). Observa-se, ainda, que o MERCOSUL tende a promover estratégias de integração produtiva e de interações multilaterais, resultantes de acordos bilaterais entre blocos econômicos (LADEIRA; NIQUE, 2012). Por fim, destaca-se um crescimento do comércio e da especialização, no qual o Brasil aumentou o seu grau de industrialização, enquanto que os demais países expandiram e modernizaram seus respectivos setores agrícolas.

2.2 Relações Brasil e Argentina

As trocas bilaterais e boas relações políticas entre o Brasil e a Argentina são pré-requisitos para o funcionamento e sobrevivência do MERCOSUL. Atualmente, o Brasil é o principal parceiro comercial da Argentina e a Argentina é o segundo maior parceiro do Brasil. No entanto, as mudanças cambiais ocorridas em ambos os países refletiram diretamente na economia do bloco. A imposição de tarifas não-alfandegárias, primeiramente pela Argentina, numa série de produtos brasileiros, e a contra-resposta do governo brasileiro têm resultado em disputas pouco produtivas no âmbito da integração regional (SACHA, 2010). Este cenário fomenta ainda mais as circunstâncias históricas conflitantes nos interesses estratégicos, vividas pelo Brasil e pela Argentina (e, em certa medida, pelo Uruguai e pelo Paraguai) ao longo dos últimos dois séculos, resultando em um ambiente pouco ideal para a formação de um bloco econômico (PINTO, 2001).

Apesar disso, nos últimos anos, a integração comercial tem se demonstrado superior às rivalidades geopolíticas. Entre 1996 e 2005, o investimento direto estrangeiro do Brasil na Argentina, no Uruguai e no Paraguai superou os 2,2 bilhões de dólares, representando uma parcela de 1,1% do investimento direto estrangeiro do Brasil (Sica, 2008). Segundo dados do Instituto para Integração da América Latina e Caribe, no ano de 2008, o comércio intrabloco no MERCOSUL alcançou 41,6 bilhões de dólares, equivalentes a um valor nominal de 28,4% em relação ao ano de 2007, superando o crescimento das exportações extraregionais, de 23,4% (BID-INTAL, 2010).

Estima-se que as firmas brasileiras foram responsáveis, em 2007, por 25% do total de investimentos estrangeiros diretos na Argentina (ABDI, 2012). Em 2008, o estoque de capital brasileiro investido na Argentina atingia pouco mais de oito bilhões de dólares. Existem, aproximadamente, 200 empresas brasileiras atuando na Argentina, em setores tão variados como os de petróleo e gás, da siderurgia, da distribuição de combustíveis, da construção civil, de carnes, de alimentos industrializados, de bebidas, de autopeças e de calçados. Resumidamente, nota-se que a participação do investimento estrangeiro direto do Brasil na Argentina cresceu gradativamente, em um período mais recente, salvo o curto intervalo dos anos de 1999 a 2001, caracterizado por crises macroeconômicas nos dois países (ABDI, 2012).

2.3 O Rio Grande do Sul no contexto do MERCOSUL

O Brasil corresponde a cerca de 70% de todo espaço territorial do MERCOSUL. Especificamente, as regiões sul e sudeste do Brasil, somando com as áreas mais ativas da Argentina (Córdoba, Rosário, Mendoza, Buenos Aires e Baía Blanca), ao Paraguai e ao Uruguai formam o chamado "MERCOSUL de Fato". Considerando-se a extensão do Brasil e da Argentina, face aos territórios do Uruguai e do Paraguai, observa-se que o MERCOSUL possui maior expressão numa região limitada do seu território.

Na concepção de Ruckert (2003), o RS se encontra no centro dinâmico do MERCOSUL. Em se tratando de MERCOSUL como um dos pilares centrais da política externa brasileira, se

destaca a função das fronteiras no Brasil. Neste caso, evidencia-se a função do Rio Grande do Sul como território-elo. Tradicional território de disputas entre as cortes portuguesas e espanholas, o território sulino compõe, hoje, o núcleo geoeconômico do MERCOSUL, uma região diferenciada no conjunto dos países membros. A figura 01 expressa a posição geográfica do estado do Rio Grande do Sul.

Figura 1 - Posição geográfica do Estado do Rio Grande do Sul no MERCOSUL



Fonte: FEE (2013)

No entanto, a integração econômica promovida pelo bloco tem acentuado as desigualdades inter-regionais no espaço brasileiro. As redefinições territoriais, como a integração econômica e política entre regiões limítrofes de estados vizinhos são exemplos de transformações que se inserem no quadro maior de fragmentações regionais promovidas pela integração regional.

Ao considerar o Rio Grande do Sul um território-elo, os fluxos não devem ser mais vistos somente em relação ao Brasil e o mercado nacional, mas a um novo processo de transnacionalização do território, podendo atribuir ao estado vantagens comparativas e competitivas ao mesmo tempo em que resulta em forças competitivas exógenas à nação. Este fenômeno forma um paradoxo na integração supranacional dada a eminência de crises federativas entre os estados formadores da nação.

Diante deste esboço teórico, apresenta-se o argumento de que o estabelecimento de relações comerciais entre países constitui uma relação de perda e ganho, na qual o Brasil tem exportado bens de maior valor agregado ao passo que a Argentina tem sido supridora preferencial de produtos agroindustriais, o que tem gerado perda de competitividade na economia agrícola e pastoril gaúcha. Por outro lado, defende-se um processo de industrialização mais acentuado e maior conteúdo tecnológico na matriz produtiva do estado. Desta forma, se o estado perde em termos de trocas no setor agroindustrial, se beneficia do desenvolvimento dos setores secundário e terciário.

Especificidades regionais tornam-se mais complexas após a inserção de um país em um bloco econômico. O aumento concorrencial de possibilidades de vantagens competitivas, ou seja, enquanto numa economia individual, cada região disputa por vantagens competitivas somente

com as demais regiões do país, num bloco econômico, a competição é acirrada pelo ingresso de novas regiões no cenário competitivo do bloco.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste estudo, buscou-se suporte empírico em diferentes fontes de dados. Inicialmente, realizou-se uma ampla pesquisa em fontes secundárias para subsidiar quantitativamente as análises, sendo estas estatísticas e informações sobre as trocas comerciais entre os dois países, bem como informações acerca da matriz produtiva do Estado do Rio Grande do Sul, do Brasil e da Argentina. Os dados secundários foram analisados em conjunto com uma fonte de dados primários, obtidos por meio da realização de quatro entrevistas com especialistas no assunto. Especificamente, procurou-se confirmar junto aos especialistas as percepções acerca do processo de integração regional, obtidas a partir da análise dos dados secundários. Os dados obtidos a partir das entrevistas também auxiliaram na geração de novos entendimentos acerca do tema. A realização das entrevistas ocorreu no próprio local de trabalho dos respondentes e contou com o auxílio de um roteiro semiestruturado. A escolha dos especialistas se deu por conta do entendimento destes sobre o tema e da sua capacidade de contribuir com o estudo. Ressalta-se, ainda, que os entrevistados ocupam cargos com grande poder decisório nos principais organismos brasileiros, responsáveis pelas políticas de integração regional. O Quadro 1 apresenta detalhes acerca das entrevistas.

Quadro 1 - Entrevistados da pesquisa

N.	EMPRESA/ ÓRGÃO	PERFIL	DATA/ DURAÇÃO
1	Representante do Ministério das Relações Internacionais (MRE)	Ministro de Primeira Classe – Por merecimento. Mestre em relações internacionais, Curso de preparação à Carreira de Diplomata, Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e Curso de Altos Estudos.	16/09/2010 90 minutos.
2	Representante da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)	Gerente Internacional – Especialista em projetos de cooperação industrial.	25/08/2010 75 minutos.
3	Representante do Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAI)	Diretora do centro técnico – SENAI	11/03/2011 55 minutos.
4	Representante da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS)	Representante do Conselho de Relações Internacionais e Comércio Exterior (CONCEX), com formação na área de comércio exterior.	27/03/2011 25 minutos.

Mesmo que o MERCOSUL seja formado por quatro países, as análises focaram o Brasil e Argentina, dado que estes dois países possuem a maior representação dentro do bloco. Os dois países representam 96.2% da população e 97.2% do GDP do bloco e formam o eixo dinâmico das trocas intra-bloco, bem como constituem a força motriz da formação de políticas e decisões estratégicas dentro do MERCOSUL. Desta forma, optou-se em focar estes dois países, bem como no Estado do Rio Grande do Sul, visto sua posição estratégica dentro da geografia política e econômica no mapa do MERCOSUL.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para alcançar os propósitos deste trabalho, a apresentação dos resultados foi segmentada em três partes: (a) trocas internacionais entre Brasil e Argentina, (b) matriz produtiva do Rio Grande do Sul e (c) cruzamentos.

4.1 Trocas internacionais entre Brasil e Argentina

O Brasil tem apresentado crescimento no volume de exportações ao longo dos anos, bem como tem diversificado o número de países com que mantém negócios. A opção pela busca de parceiros e relações comerciais com foco em países em desenvolvimento (sul-sul) foi, ao mesmo tempo, uma mudança de paradigma nas relações exteriores do país, e uma oportunidade comercial.

Estas mudanças colocaram a China como o maior parceiro comercial brasileiro e a Argentina na terceira colocação, precedida pelos Estados Unidos. O volume de trocas entre Brasil e Argentina tem sido crescente e positivo em termos de balança comercial para o Brasil, com um superávit de US\$ 1,5 bilhões em 2009 (MDIC, 2012). Houve US\$ 12,78 bilhões em exportações para esse país e US\$ 11,28 em importações.

O Quadro 2, a seguir, apresenta os principais produtos exportados para a Argentina:

Quadro 2 - Os 20 principais itens exportados pelo Brasil para a Argentina em 2011

POSICÃO	ITENS EXPORTADOS	VOLUME (em milhões de US\$)
1	Automóveis c/motor gasolina	2.340.023.807
2	Automóveis c/motor	1.165.123.351
3	Minérios de ferro aglomerados	779.752.146
4	Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	575.411.571
5	"fuel-oil"	565.987.979
6	Energia elétrica	529.371.317
7	Outras partes e acess. de carrocerias p/veic. automóveis	457.961.384
8	Tratores rodoviários p/semi-reboques	440.553.150
9	Chassis c/motor diesel e cabina, cinco t<carga<=20 t	428.057.369
10	Outros veículos automóveis diesel	417.724.086

11	Outros aviões/veículos aéreos	406.096.986
12	Partes de caixas de marchas	331.265.185
13	Outros motores de explosão, p/veic.	317.269.332
14	Outros veículos automóveis c/motor	293.224.568
15	Outras partes e acess. p/tratores e veículos	275.486.670
16	Eixos d/transm.c/diferencial p/veícs. automs.	253.698.267
17	Outros pneus novos para ônibus ou caminhões	219.789.708
18	Chassis c/motor p/veícs.automóveis	211.414.072
19	Outs.freios e partes,p/tratores/veícs.auts.	192.332.276
20	"gasóleo" (óleo diesel)	184.309.225

Fonte: MDIC (2012)

Pela análise do Quadro 02, observa-se uma pauta de exportações bastante heterogênea. Entre os 10 principais produtos exportados para a Argentina se destacam automóveis, óleo e energia elétrica. Com exceção de minério de ferro, há forte presença de bens industrializados, que incluem automóveis, tratores, chassis, bem como partes de aviões e motores. Segundo os entrevistados, apesar da pauta heterogênea, alguns setores são privilegiados na lista de exportações.

“O processo de integração é um dos caminhos para a consolidação do mercado regional e o desenvolvimento de cadeias de valor permite aumentar o valor agregado regional das exportações, agindo diretamente na eficiência operacional com a Argentina. Há espaço para crescimento do comércio automobilístico intrapaíses, e isso já tem acontecido. Entre os anos de 2000 e de 2008, a América do Sul passou de 28,3% para 36,2% das exportações brasileiras de autopeças, sendo que os quatro associados no MERCOSUL representam já pouco mais de 30%, com Argentina e Venezuela posicionadas entre os cinco principais destinos dos produtos brasileiros” (Trecho de entrevista com representante da FIERGS, 2011).

No que se refere às importações provenientes da Argentina, a análise do Quadro 03 parece apontar para uma maior concentração de itens relacionados a *commodities* agrícolas, insumos e matérias-primas. O Quadro 3, a seguir, apresenta os 20 principais itens exportados pela Argentina para o Brasil:

Quadro 3 - Os 20 principais itens exportados pela Argentina para o Brasil

POSICÃO	ITENS EXPORTADOS	VOLUME (em milhões de US\$)
1	Automóveis gasolina	1.682.684.453
2	Outros veículos automóveis diesel	1.575.624.464
3	Trigo	1.480.523.957
4	Automóveis c/motor explosão, 1000	1.473.759.457
5	Naftas para petroquímica	978.855.711

6	Automóveis c/motor explosão, cil<=1000cm3	850.209.719
7	Partes de caixas de marchas	326.462.220
8	Farinha de trigo	282.897.017
9	Automóveis c/motor diesel,	263.608.615
10	Butanos liquefeitos	213.547.483
11	Malte não torrado, inteiro ou partido	202.311.540
12	Desodorantes corporais e	182.687.199
13	Outros propanos liquefeitos	176.775.623
14	Outros alhos frescos ou refrigerados	142.260.998
15	Peras frescas	137.321.335
16	Outras partes e acess.de carrocerias p/veic.automóveis	134.556.566
17	Leite integral,em pó	133.196.769
18	Outros veículos automóveis c/motor	131.260.181
19	Outros polímeros de etileno	130.932.869
20	Batatas preparadas ou conservadas	130.297.942

Fonte: MDIC (2012)

Como mencionado, pela análise do Quadro 03, percebe-se que itens como trigo, peras e batatas (produtos primários), naftas, polietilenos, polímeros e sulfetos (matérias-primas) e butanos (insumos) ocupam as primeiras posições no ranking. A lista ainda engloba elementos como maltes, leite e alho, itens estes com baixo valor agregado e baixa incidência tecnológica. Mesmo a análise de produtos mais exportados e importados pela Argentina em 2005 (independente do país) apresenta uma maior concentração de exportações em *commodities* e insumos e uma maior importação de veículos, máquinas, equipamentos, produtos químicos e farmacêuticos (BM&F, 2010).

Para o entrevistado da ABDI, as estratégias de desenvolvimento regional de muitos países necessitam ser repensadas, mesmo com os avanços atuais. A entrada da China no mercado internacional faz com que os países do mundo repensem sua estrutura econômica, pois, por mais que se tenha uma região com produção de baixo custo (que é o caso de muitas *commodities*), ao se comparar tal produção com os produtos chineses no mercado internacional, essa condição pode mudar. Para o entrevistado da FIERGS, esse fenômeno pode ser explicado pelo potencial de controle de mercado da China e pelo melhoramento de sua capacidade de estruturar uma cadeia produtiva mais barata e competitiva.

Estas alterações no cenário internacional afetam diretamente as trocas comerciais dentro do bloco regional. Oportunidades comerciais que surgem devido a alterações na dinâmica internacional podem ser prejudicadas por acordos bilaterais, especialmente considerando um país com uma matriz produtiva diversa, como o caso brasileiro. Visando analisar com maior profundidade a posição do estado do Rio Grande do Sul nesta nova dinâmica internacional, a seção seguinte foca a atenção no Estado do RS e sua relação com a Argentina.

4.2 Matriz produtiva do Rio Grande do Sul

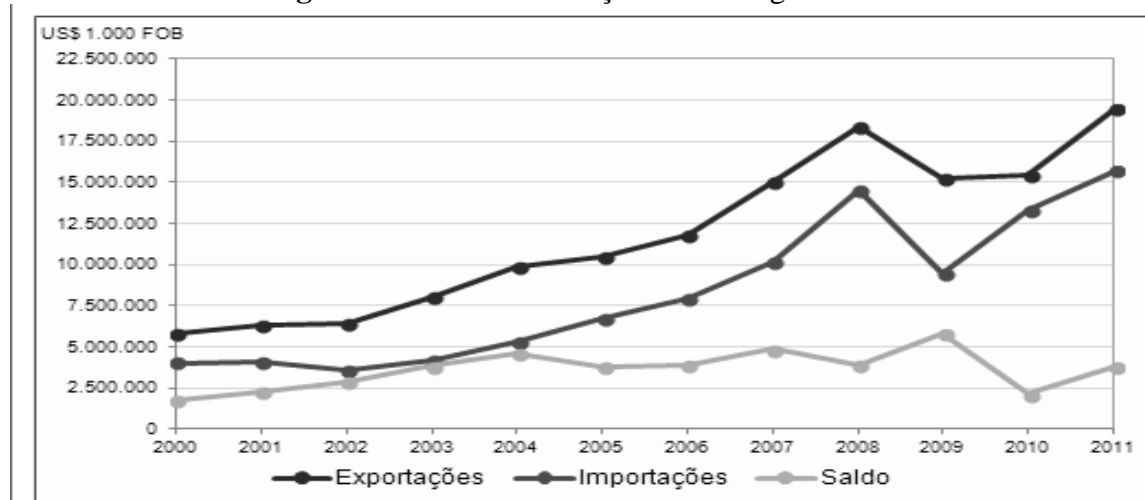
Possuindo um pouco mais de 3% do território brasileiro, o Estado do Rio Grande do Sul abriga 6% da população e é um dos maiores produtores de grãos, o segundo pólo comercial e o segundo pólo da indústria de transformação nacional (GOVERNO DO RS, 2012). Segundo a BM&F (2012), o PIB do Rio Grande do Sul é atualmente o quarto maior do Brasil, cujo número gira em R\$ 237 bilhões.

Tradicionalmente calcado na produção agropastoril, o estado vem mudando sua face econômica nos últimos anos. A grande concentração de universidades, faculdades e instituições de ensino e pesquisa, a alta escolaridade de sua mão-de-obra e os baixos índices de repetência e evasão, como apontam dados do IBGE (2010), têm levado a economia para setores tecnologicamente mais avançados, como a indústria eletrônica, naval, de máquinas e equipamentos, telecomunicações e outros. Além disso, o foco em desenvolvimento de energia limpa, como eólica, hidrelétricas e, mais recentemente, a alcooleira, tem modificado a matriz econômica, reduzindo a participação da agricultura e aumentando a fatia ocupada por indústria, comércio e serviços.

O RS é tradicionalmente um estado exportador, sendo o terceiro estado que mais exporta no Brasil, atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais (MDIC, 2012). Em 2009 o estado exportou cerca de US\$ 15 bilhões de dólares. Os valores de comércio internacional têm sido crescentes, como uma resposta a políticas públicas estaduais de apoio a exportadores, por um lado, e à diversificação e ampliação da matriz industrial existente, por outro.

A Figura 2 apresenta uma síntese da evolução das exportações do estado, no período entre 2000 a 2011, para todos os países:

Figura 2 - Saldo da balança comercial gaúcha 2000-2011



Fonte: SEPLAG (2013)

Pela análise da Figura 2, observa-se um progressivo crescimento dos valores relacionados à exportação no período compreendido entre 2000 e 2011. Embora também tenham aumentado os valores referentes às importações, o saldo tem sido positivo para a balança comercial gaúcha. A matriz de exportação é bastante diversificada, envolvendo produtos que vão de *commodities* agrícolas e bens de maior valor agregado, como máquinas e equipamentos.

Com o passar dos anos, o RS vem diversificando e agregando valor às suas exportações. Destacam-se itens como soja, fumo, carnes (frango, porcos etc.); calçados, óleo de soja, além de tratores, carrocerias para ônibus entre outros.

A crise da área de calçados de 2014 (face à concorrência com produtos chineses) tem incentivado algumas regiões, em especial a região do Vale do Rio dos Sinos, a mudar sua pauta de exportações, dando enfoque a produtos tecnologicamente mais avançados.

Segundo o representante do SENAI entrevistado, a crise dos calçados fez com que o RS repensasse estrategicamente a sua pauta de produção. Segundo o entrevistado:

O Quadro 4, a seguir, traz a relação dos principais destinos das exportações do RS. Destaca-se a troca de posições entre EUA, China e Argentina ao longo dos anos.

Quadro 4 - Principais destinos das exportações gaúchas

PAÍSES	III TRIMESTRE/13		Variação ante 2012 (%)
	Valor (US\$)	Participação (%)	
China	1.898.366.410	29,87	70,5
Argentina	564.035.782	8,88	52,3
Estados Unidos	417.394.083	6,57	13,9
Bélgica	198.705.361	3,13	47,1
Alemanha	190.922.257	3,00	25,6
Países Baixos (Holanda)	163.011.980	2,57	25,1
Paraguai	154.746.017	2,43	0,2
Taiwan (Formosa)	149.462.907	2,35	-4,6
Chile	128.826.432	2,03	-16,5
Espanha	120.414.019	1,89	3,8
Emirados Árabes Unidos	115.818.195	1,82	121,7
Tailândia	115.048.311	1,81	107,9
Uruguai	111.723.866	1,76	-13,2
Coréia, República da (Sul)	104.236.488	1,64	3,9
Hong Kong	88.166.011	1,39	17,5
França	85.764.262	1,35	-19,4
Venezuela	82.641.697	1,30	-19,1
Reino Unido	77.416.798	1,22	5,7
Ucrânia	73.833.710	1,16	15,3
Irã, República Islâmica do	68.780.500	1,08	356,9
Peru	66.748.622	1,05	-6,3
Colômbia	60.827.136	0,96	44,2
Arábia Saudita	56.567.387	0,89	-22,8
Bolívia	54.429.211	0,86	12,6
Vietnã	54.324.734	0,85	101,5
Subtotal	5.202.212.176	81,86	34,0
TOTAL GERAL	6.355.143.384	100,00	24,6

Fonte: Adaptado de SEPLAG (2013)

Como pode ser visto no Quadro 4, a Argentina tem se mantido um dos países que mais recebem importações de produtos gaúchos. Em 2000, a Argentina era o segundo maior mercado

de produtos do RS, perdendo apenas para os EUA (que tem sido o maior mercado importador). A redução da participação do mercado argentino foi acentuada nos anos 2002 e 2003, tendo sido recuperada em 2004. Em 2013, como mostra o Quadro 4, a Argentina ocupou o 2º lugar em diversos países, mostrando a importância do relacionamento do RS com esse país. Ao mesmo tempo, a China tem se mostrado um mercado importante para os exportadores gaúchos, em especial por conta das vendas de soja e outras *commodities*.

4.3 Cruzamentos

As relações comerciais entre RS e a Argentina estão pautadas no acordo comercial existente no MERCOSUL - uma união aduaneira que prevê paridade nas taxas de importação e exportação. Nesse sentido, algumas distorções são observadas, como as diferenças existentes entre os tipos de produtos e os valores envolvidos. Nota-se que o RS tem ficado em desvantagem no saldo da balança comercial com a Argentina, uma vez que o valor das importações é de quase o dobro das exportações. O Quadro 5, a seguir, apresenta os 10 principais itens da pauta de exportações do RS para a Argentina:

Quadro 5 - Os 10 principais itens exportados do RS para a Argentina em 2010

POSIÇÃO	ITENS EXPORTADOS PELO RS	Valor (US\$ FOB)	%
1	Óleo diesel	107.565.839	6,40
2	Outros polietilenos sem carga	97.786.087	5,81
3	Outros tratores	93.089.429	5,53
4	Polietileno sem carga	83.897.069	4,99
5	Colheitadeiras	80.328.774	4,78
6	Energia elétrica	75.980.505	4,52
7	Benzeno	62.487.045	3,72
8	Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	58.518.524	3,48
9	Buta -1, 3 dieno não saturado	53.866.823	3,20
10	Polietileno linear	50.577.476	3,01
Total		764.097.571	45,44

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento e promoção de investimentos do RS, com base em BM&F e MDIC (2013)

Os principais produtos são óleo diesel, com 6,40%, tratores com 5,53% e colheitadeiras com 4,78%. Observa-se um predomínio de produtos manufaturados, como os automóveis e colheitadeiras, bem como produtos químicos e nenhuma *commodity* agrícola. Há uma mudança em curso, ainda que lenta, com crescimento da participação de indústrias e serviços sobre o percentual agrícola. Estas mudanças podem gerar conflitos de interesses entre as nações. Segundo o entrevistado do MRE:

“A Argentina e o Brasil são um capítulo à parte. Existe integração entre ambos e o RS é responsável por uma boa parte. No entanto, os números poderiam ser mais expressivos se não fosse a busca de vantagem entre os países e as empresas. Os objetivos e as estratégias das empresas não são sempre complementares, pois elas procuram coisas diferentes e isso não é simples de resolver em uma mesa de negociação. Na maioria das vezes, as negociações não avançam e ficam trancadas devido ao posicionamento de cada empresa ou país” (Entrevista com representante do MRE, 2011).

No que diz respeito às importações provenientes da Argentina, destacam-se as *commodities*. O Quadro 6 apresenta os itens mais importados pelo RS daquele país:

Quadro 6 - Os 10 principais itens exportados pela Argentina para o RS

POSICÃO	ITENS IMPORTADOS PELO RS	Valores (US\$ FOB)	%
1	Naftas para petroquímica	2.940.630.004	18,78
2	Óleos brutos de petróleo	2.827.426.810	18,05
3	Outros veículos automóveis com motor diesel	941.452.711	6,01
4	Automóveis com motor explosão < 1000cc	847.557.095	5,41
5	Outros cloretos de potássio	453.663.790	2,90
6	Ureia	399.182.543	2,55
7	Didrogênio ortofosfato	284.009.460	1,81
8	Automóveis com motor diesel, CM3>2500	263.608.615	1,68
9	Automóveis com motor explosão, 1500<CM3<=3000	249.992.578	1,60
10	Outros produtos	2.745.680.322	17,54
Total		11.953.203.928	76,32

Fonte: SEPLAG (2013), com dados referentes ao ano de 2011

Pela análise do Quadro 5, nota-se que os insumos, petróleo, automóveis e fertilizantes possuem papel destacado na pauta de importações da Argentina pelo RS. O nafta, para a indústria petroquímica, responde por 18,78% do total, seguido por petróleo com 18,05%.

Importante é destacar aqui itens oriundos da produção primária, que apesar de não figurar entre os principais itens importados, configuram-se como objetos de competição direta entre o Rio Grande do Sul e a Argentina. No caso da cebola, o RS produz 10% da produção nacional, embora seja um produto amplamente importado da Argentina. Outro caso emblemático é o do arroz: o estado produz 45% da produção nacional (SEDAI, 2009). A similaridade na matriz produtiva agrícola coloca os produtores do estado do Rio Grande do Sul em conflito direto com produtores da Argentina. Com a formação do bloco, os produtores locais ganham um competidor direto dentro do próprio mercado local.

Outro item que expressa essa relação de competição é o trigo. Segundo dados da BM&F (2010), o RS produz 38,9% do trigo nacional. Segundo dados da empresa ABITRIGO (2012), com base em dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC,

em 2011 o Brasil importou 5,740 milhões de toneladas de trigo, sendo que deste total, 4,54 milhões de toneladas vieram da Argentina. Estes dados reforçam o entendimento de que a formação do MERCOSUL, ao passo que ampliou as exportações de produtos industrializados brasileiros para a Argentina, criou um problema para os produtos agrícolas do Rio Grande do Sul. O reconhecimento das similaridades na matriz produtiva agrícola do estado em relação à Argentina e das conseqüentes perdas neste setor consiste num passo fundamental para o avanço da integração regional. Neste sentido, observa-se que a integração no bloco não depende somente de políticas derivadas dos interesses do estado nação, mas também dos resultados do jogo de ganha e perde em cada território-elo, pois devido à sua posição central, estes representam um imperativo para o avanço no processo de integração.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo principal analisar os efeitos da criação do bloco econômico MERCOSUL na economia do Estado do Rio Grande do Sul a partir das relações comerciais de exportação e importação entre Brasil e Argentina. Os resultados encontrados se mostraram bastante assimétricos, pois, com o crescimento do comércio e da especialização, apenas o Brasil, e em particular o Rio Grande do Sul, aumentaram seu grau de industrialização, cabendo aos demais países, no caso à Argentina, a expansão e a modernização de seu setor agrícola.

Esse fato pode ser ilustrado com os dados acumulados da balança comercial do Rio Grande do Sul com o MERCOSUL no período 1992-2000. O déficit comercial acumulado, da ordem de US\$ 2,9 bilhões, incorrido pelo Rio Grande do Sul em relação ao MERCOSUL, no período considerado, deveu-se, fundamentalmente, aos produtos básicos, cujo saldo negativo atingiu US\$ 4,9 bilhões. Em contrapartida, o Estado foi superavitário no âmbito dos produtos industrializados, especialmente no que se refere ao complexo petroquímico e metal-mecânico. Esse padrão de comércio, obviamente, contribuiu para o aumento de especialização da economia gaúcha na atividade industrial. E o que é mais importante, essa especialização ocorreu nos segmentos mais modernos da estrutura industrial em detrimento dos setores tradicionais.

No entanto, não se pode ignorar que a base agrícola no RS ainda é bastante forte, já que em várias culturas o estado está entre os primeiros produtores nacionais. Se por um lado houve ganhos em relação a produtos industrializados, em termos de produtos como cebola, arroz e trigo as importações da Argentina trouxeram inúmeros prejuízos aos produtores rurais, com baixa remuneração e queda nos valores arrecadados. É necessário que haja políticas de compensação no setor agrícola, como seguro agrícola e preços mínimos, para manter a sobrevivência em longo prazo de uma estrutura produtiva que não pode ser menosprezada.

A inserção de países e estados em blocos econômicos parece ser uma relação de perda-ganha, em que alguns países, em especial os mais ricos e industrializados, obtêm vantagens sobre os demais. Mesmo que o Brasil esteja obtendo saldos positivos na balança comercial com a Argentina, é necessário que se avalie o conjunto da economia, com risco de vitórias se transformarem em derrotas ao longo do tempo. O avanço do estado do Rio Grande do Sul rumo a

uma economia industrial e tecnológica é positiva e recomendada, contanto que seu setor agrícola possa receber parte dos ganhos obtidos em setores ditos de ponta.

Por fim, entende-se que a análise das microrregiões dentro de um processo de integração pode ser vista como um tema fecundo, permitindo avaliar não só os benefícios da integração regional para o país, mas também para cada uma de suas regiões. Fato este que se torna ainda mais relevante em países com dimensões continentais e com ampla diversidade econômica, como no caso do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABDI – AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (2012), **Complementariedad Productiva entre Argentina y Brasil: Detección de Sectores Estratégicos para el Abordaje de Negocios Conjuntos**. Disponível na internet em: <http://www.abdi.com.br/Estudo/Complementaridade%20Produtiva%20Brasil%20Arg.pdf>.
- ABITRIGO – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE TRIGO (2012). Brasil: **importação de trigo 2011**. Disponível na internet em http://www.abitrigo.com.br/pdf/mdic/importacao_trigo_2011.pdf.
- ALEXANDRE, C. e LEITE, I. **O primeiro governo Lula e o MERCOSUL: iniciativas intra e extra-regionais**. Observador On-line, vol. 2(3), 2007, pp. 11-29.
- BECKER, K. e SUAREZ, M. De La C. Trade Creation and Trade Diversion for Mercosur. **Journal of Euromarketing**, vol. 10(2), 2001, p.67-101.
- BID-INTAL – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - INSTITUTO PARA INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Informe MERCOSUL N. 14**. BID-INTAL, Buenos Aires, 2010.
- BOLSA DE MERCADORIAS E FUTURO. **Informações sobre PIB bruto, total e per capita e suas taxas de crescimento no RS**. Disponível em <http://www.bmf.com.br/caers/download/PIB.pdf>. Acesso em 13 de novembro de 2013.
- CABLE, V. **Trade blocs? The future of regional integration**. London: The Royal Institute of International Affair, 1999.
- CANDEAS, A. W. **Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos**. Rev. Bras. Polít. Int., v. 48(1), 2005, p. 178-213.
- CASTELLO, I. R. **Áreas de Fronteira: territórios de integração, espaços culturalmente identificados?**. In R.I. Castello (org.), Práticas de integração nas fronteiras: temas para o MERCOSUL. Ed. da Universidade/UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, Porto Alegre, 1995.
- CORRÊA, A. N. **O MERCOSUL e a OMC: regionalismo e multilateralismo**. LTR, São Paulo, 2001.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **Rio Grande do Sul no Mercado Comum do Sul (Mercosul)**. Disponível na internet em: http://mapas.fee.tche.br/wp-content/uploads/2009/08/mercosul_RS_2008.pdf. Acesso em 13 de novembro de 2013.
- GARCIA, A. A. **O impacto da ALCA na economia brasileira: alguns comentários**. Indicadores Econômicos - FEE, vol. 29(03), 2001, p. 25-50.

- GONÇALVES, R. et al. **A nova economia internacional**: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1998.
- GOVERNO DO ESTADO DO RS. **O Estado**: economia. Disponível na internet em <<http://www.rs.gov.br>> . Acesso em 13 de novembro de 2013.
- GRAF, C.O. e AZEVEDO, A.F.Z. Comércio bilateral entre os países membros do mercosul: uma visão do bloco através do modelo gravitacional. **Economia Aplicada**. Vol. 17(1), p. 135-158, 2013.
- GRUPPELLI, J. L. O direito de ir e vir no MERCOSUL. **Revista da Escola de Direito**, vol. 5(s.n.), 2004, p. 105-130.
- KIM, J. Sub-regionalism, Regionalism, Trans-regionalism: Implications for Economic. Integration and International Trade Policies. **Asia Europe Journal**, vol. 2(1), 2003, p. 183-196.
- KRUGMAN, P. R. e OBSTFELD, M. **Economia Internacional**: teoria e política. São Paulo: Makron Books, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estados**: RS. Disponível na internet em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rs>> Acesso em 13 de novembro de 2013.
- LADEIRA, W.J. e NIQUE, W.M. Integração produtiva no Mercosul: um estudo dos fatores que interferem nas estratégias das empresas brasileiras. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, vol.11 (21), 2012, 67-83.
- LAPINTE, A. e CIMON, Y. Leveraging intangibles: how firms can create lasting value. **Journal of Business Strategy**, vol. 30 N. 5, 2009, p. 40-48.
- LORENTZ, A. C. M. **Supranacionalidade no MERCOSUL**. Curitiba: 2001, Juruá Editora.
- LUCHI, R. e PALADINO, M. Improving competitiveness in a manufacturing value chain: issues dealing with the automobile sector in Argentina and Mercosur. **Industrial Management & Data Systems**, vol. 100(8), 2000, p. 349-358.
- MARTINELLI, A.; MIDTTUN, A. Globalization and governance for sustainability. **Corporate Governace**, vol. 10(1), 2010, p. 6-17.
- MARTINS, C. E. e CARCANHOLO, M. D. (2010). Origem e características do mercosul: vulnerabilidade externa de suas principais economias e perspectivas de uma integração latino-americana soberana. Disponível em <http://www.redem.buap.mx/pdf/martins/martins6.pdf> .
- MDIC - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (2012). Comércio exterior. Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=9560>.
- PAL, P. Regional Trade Agreements in a Multilateral Trade Regime: An Overview. Disponível em <http://www.networkideas.org/feathm/may2004/survey_paper_RTA.pdf> . Acesso em 12 de novembro de 2013.
- PINTO, N. R. de F. **O MERCOSUL e suas consequências**: um guia elementar sobre a integração no Cone Sul. Indicadores Econômicos - FEE, vol. 29(1), 2001, p. 82-96.
- PORTO, M. C. L. e FLÔRES Jr., R. G. **Teoria e Política de Integração na União Europeia e no MERCOSUL**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

- RUCKERT, A. A. O Estado do Rio Grande do Sul – Brasil como um território de internacionalização segmentada do espaço nacional. **Investigaciones Geográficas**, vol. 51 (8), 2003, p. 125-143.
- SAHA, S. K. (2010). Relações bilaterais Brasil-Argentina no contexto do MERCOSUL e da ALCA: um estudo do manejo das assimetrias>>. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte022.pdf> .
- SALVADORE, D. **Economia Internacional**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ – SEPLAG. **Atlas Socioeconômico do RS: Saldo da balança comercial**. Disponível em <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas>> Acesso em 19 de novembro de 2013.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ – SEPLAG (2013). **Atlas Socioeconômico do RS: destinos das exportações**. Disponível em <http://www.seplag.rs.gov.br/atlas> . Acesso em 19 de novembro de 2013.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ – SEPLAG..**Principais produtos exportados da Argentina para o RS**. Disponível em: http://www1.seplag.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=823&cod_menu=817&tipo_menu=ECONOMIA&cod_conteudo=1592 Acesso em 19 de novembro de 2013.
- SICA, D. E. Internacionalização de empresas e integração produtiva no MERCOSUL. **Anais...** Brasília, Seminário Internacional de Integração Produtiva: Caminhos para o MERCOSUL. Brasília, Anais, 2008.
- WAQUIL, P. D. **Globalização, formação de blocos regionais e implicações para o setor agrícola no MERCOSUL**. *Análise Econômica – FEE*, vol. 15 de março, 1997, p. 03-15.
- YEATS, A. Does Mercosul’s trade performance raise concerns about the effects of regional trade agreements?. **The World Bank Economics Review**, vol. 12(1), 1998, p. 1-28.